

A. Carlos diz que novo Congresso muda Constituição

Raimundo Lima e Antônio Jorge Moura

Salvador — O Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, descartou, ontem, a possibilidade da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte pelo Presidente João Figueiredo, mas previu que o Congresso a ser eleito em 1982 terá poderes constituintes e fará a reforma da Carta em vigor. Ele não faz distinção entre candidato civil ou militar à Presidência da República. Mas disse que existe uma aspiração natural no país em favor de uma candidatura civil.

Em termos de Nordeste, o Go-

vernador da Bahia acha irrelevante se a escolha do futuro Presidente da República ocorrer pelo sistema direto ou indireto. Julga importante, contudo, o comprometimento do candidato com as reivindicações econômicas da região, que luta por uma política diferenciada e continua em relação ao Centro-Sul do país. O Sr Antônio Carlos Magalhães considera o Governo preparado para enfrentar o terrorismo e não teme as oposições: "Figueiredo tomou, uma a uma, todas as suas bandeiras."

O Governador baiano insistiu, também, na tese de que o PP é um Partido "predestinado" a apoiar o Presidente da República, embora deva permanecer na Oposição até as eleições de 1982. E explicou que há, no Partido Popular, líderes que não se afinarão, "em tempo algum", com os radicais do PMDB. Entre estes, nomeou alguns: Os Senadores Tancredo Neves e Gastão Müller e o Deputado federal Thales Ramalho.

"As reformas dependerão de quem tiver força no Congresso"

— O que foi o ano político de 1980 para o país?

— O ano de 1980 teve sua significação maior com a iniciativa do Presidente Figueiredo de enviar ao Congresso uma emenda fazendo diretas as eleições para governador em 1982. Fora daí, começou a formação dos novos Partidos dentro da filosofia pluripartidária, e o PDS já se organizou como Partido. Também os anistiados em 79 entraram em atividade política este ano, como é o caso de Leonel Brizola. Foi um ano em que a política teve uma parte ativa e, dentro dos princípios do Presidente de fazer uma abertura democrática, todos os passos foram dados.

— E para 1981, quais são as perspectivas a nível político?

— Creio que 1981 será o ano em que os demais Partidos vão organizar-se. Vamos ter uma disputa logo de saída, em fevereiro, para a Presidência da Câmara; a estruturação nas bases desses Partidos; naturalmente vão surgir aspirantes aos Governos dos Estados, apesar da situação em todo o País só se definir mesmo em 82, nas convenções.

— Será definida no próximo ano a reforma eleitoral?

— Vão surgir emendas na Câmara Federal para modificar a legislação eleitoral, mas não sabemos a esta altura as que terão êxito ou não. Primeiro, porque isto vai depender de quem tem força no Congresso para ditar normas, e, segundo, essas normas são baseadas nos interesses dos deputados que vão votar, o que é perfeitamente natural.

"Uma economia mais forte consagraria o pluripartidarismo"

— O Sr defendeu prioridade na resolução dos problemas econômicos para depois resolver os políticos. No discurso de fim de ano, o Presidente da República reafirma as dificuldades econômicas que o país deve enfrentar em 81. De que forma as dificuldades econômicas podem influenciar na situação política?

— Eu defendi e acho que estava certo, em junho de 79, que os problemas econômicos deveriam ter prioridade em relação aos políticos, inclusive na formação dos Partidos. Eu acho que estava certo, porque se tivéssemos nos dedicado inteiramente à economia — e só à economia — naquela ocasião, hoje teríamos uma economia mais forte e em melhores condições para realizar a formação de novos Partidos, consagrando o pluripartidarismo. Eu pensava assim. Voto vencido que fui me adaptei à grande maioria que preferia tratar os assuntos simultaneamente. Cuidamos, então, de fazer um Partido na Bahia, que está fortíssimo, estruturado desde as bases, com presença em todos os municípios baianos.

— Mas quais os reflexos desse tratamento diferenciado da economia e da política, na área do PDS, com vistas às eleições de 1982?

— Quando se tem uma abertura política ampla, inevitavelmente ela vem em todas as áreas. Na estudantil, de operários, salarial, cultural, enfim, é um processo conjunto. Evidentemente, quando a gente está com uma economia mais forte, realiza a abertura política com mais tranquilidade. Quero dizer que, se estivéssemos sem uma taxa de inflação tão grande, com o balanço de pagamentos mais equilibrado, estaríamos mais

— Mas, especificamente, o Governo não vai tomar a iniciativa?

— Eu não sei se o Governo vai tomar a iniciativa de enviar emendas. Mas é óbvio que, juntas ou separadas, vão surgir emendas tratando desses assuntos todos que temos discutido: voto distrital, voto majoritário para deputados, comparecimento do eleitor não obrigatório, vinculação de voto, extensão ou término das sublegendas. Enfim, este ano será um ano fértil na votação de emendas pelo Congresso.

— Como o Sr vê a questão da maioria do PDS no Congresso?

— Acredito que o PDS vai ser majoritário no Congresso nos próximos anos. Mas acho que uma maioria, quando não é substancial, é uma maioria precária, exigindo a cada votação um esforço muito grande para comparecimento de todos os integrantes do Partido.

— A maioria é indispensável ou não ao Governo?

— Todo Partido busca ter maioria. Agora, para que funcione o sistema ela não é indispensável. Até porque, também a Oposição, em vários assuntos, não chegará como um todo. Ela se fragmentará na medida dos interesses de seus integrantes.

Por exemplo, Governador, em qual questão a Oposição se pode fragmentar?

fortes para fazermos um Partido. As bandeiras justas da sociedade, que já são triunfantes, seriam do mesmo jeito consideradas.

— Ao mencionar o retorno dos militares aos quartéis, o Presidente Figueiredo estaria fazendo uma indicação de que o próximo Presidente da República será um civil?

— Acredito que o Presidente da República não tenha dado o sentido da maioria dos seus intérpretes quando falou em volta aos quartéis, até porque a frase era complementada com outras palavras. O Presidente quis dizer é que na medida em que tenhamos um equilíbrio político, as Forças Armadas ficam mais ligadas aos seus deveres constitucionais, de propiciar a segurança, sem dar qualquer interferência neste ou naquele setor. Agora, os militares sempre estiveram nos quartéis. Só saíram dos quartéis para evitar a desordem, como ocorreu em 1964.

— Pessoalmente, o Sr é favorável a uma candidatura civil?

— Eu não distingo entre civil ou militar. Qualquer um pode ser candidato em 1984. Entretanto, é óbvio que será uma aspiração natural que seja um civil. Isto não significa também que vá ser um civil. Até porque existem muitos militares, não só na administração do Presidente Figueiredo, como fora dela, que são capazes de realizar um Governo civil, como está realizando o Presidente Figueiredo. Talvez um civil não promovesse tanta abertura como o Presidente Figueiredo, que é militar.

— Para um candidato no Nordeste,

— Não tenho a menor dúvida de que a filosofia da grande maioria do PP é totalmente diferente da filosofia dos radicais do PMDB. Nós vamos ter problemas em que as coisas vão ficar radicalizadas e que homens como Tancredo, Thales Ramalho, Gastão Müller e outros, que estão no PP, não vão agir como os radicais do PMDB.

— O Sr tem afirmado que o PP está predestinado a ser um Partido de apoio ao Governo. O Sr poderia esclarecer essa "predestinação"? Com base em que o Sr diz isso?

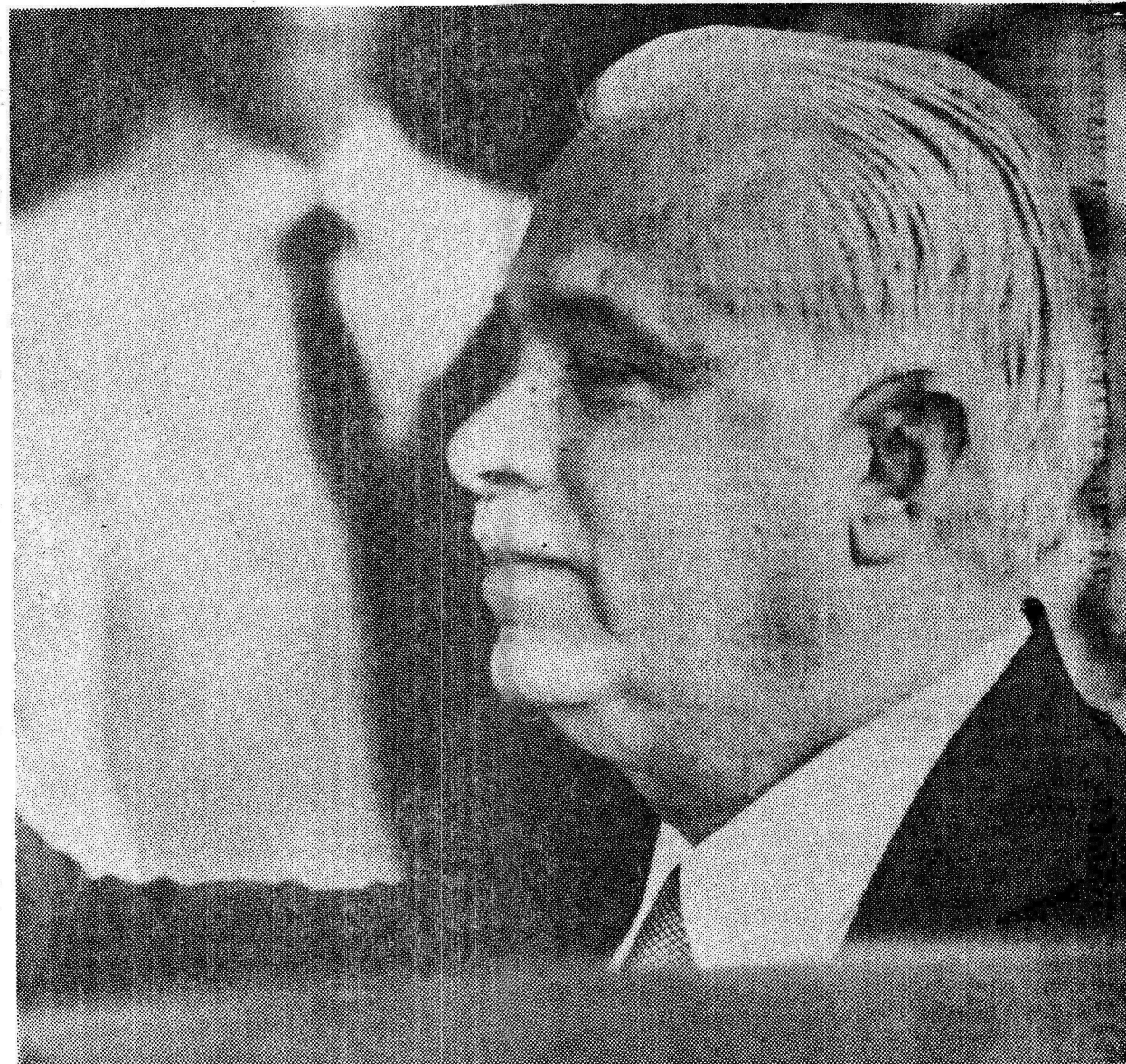
— Digo é que o Partido Popular é basicamente formado por pessoas que deixaram o PDS ou a antiga Arena, como os ex-Governadores do Rio Grande do Sul, do Paraná, da Bahia, de São Paulo e de muitos outros Estados. Esses homens têm uma filosofia de vida, de sistema, que se diferencia totalmente dos elementos mais inflamados, mais radicais do PMDB. Então, depois da eleição, eles vão compor, mais cedo ou mais tarde, com as áreas que ideologicamente mais se assimilem a eles. E, no caso, seria o PDS. Agora, até a eleição, é natural que todo elemento do PP negue, porque, no momento, eles se interessam por uma coligação com o PMDB. Entretanto, não gosto de participar da economia interna nem ser profeta na terra alheia.

te, seria talvez mais fácil chegar à Presidência da República através de uma eleição direta?

— Para o Nordeste é indiferente que a eleição seja direta ou indireta. Para o Nordeste, importante é que qualquer candidato assuma com a região o compromisso de manter uma política diferenciada, continua, para que seja irreversível. Não é possível é hoje se ter uma política e amanhã mudar para outra. Precisamos de uma política diferenciada para o Nordeste, a fim de que no correr do tempo, não num Governo, mas numa geração, diminuir-se o desequilíbrio inter-regional existente.

— O Presidente Figueiredo convocou todos os brasileiros a se unirem para enfrentar os problemas econômico-financeiros do país. Há possibilidade de uma aproximação do Governo com a Oposição, inclusive com o Governo aceitando as bandeiras oposicionistas, para permitir uma união dos Partidos objetivando enfrentar a crise?

— Acho que toda a Oposição tem que compreender as dificuldades que o mundo atravessa, em particular o Brasil, mesmo porque, se não compreenderem seu papel histórico, que não é o de atear fogo e sim o de procurar soluções úteis para o país, dificilmente chegaremos a uma normalidade democrática plena, como todos desejamos. Então, o mais inteligente hoje para a Oposição seria ajudar a encontrar-se os denominadores comuns, como eleição direta em 82 e democratização plena do país.



Antônio Carlos previu que o PP está predestinado a apoiar o Governo depois de 1982

"O Governo está armado para evitar o terrorismo"

— Mas as bandeiras da Oposição...

— As bandeiras da Oposição já tomamos todas. A anistia quem deu foi o Presidente Figueiredo e quem votou foi a maioria do PDS. A eleição direta quem fez foi o Presidente Figueiredo através de uma emenda que mandou para o Congresso. Eu não sei quais são essas bandeiras...

— A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, por exemplo...

— A única bandeira que está aí é a da Constituinte porque os próprios juristas da Oposição acham que ela não pode ser realizada com o atual Congresso. Teria que dar poderes constituintes ao Congresso que vai ser eleito em 82, o que é possível.

— Então o Sr admite a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte no Brasil durante o Governo Figueiredo?

— Acredito que o próximo Congresso tenha poderes constituintes. Isto eu admito. É uma hipótese que acho viável.

— A Oposição tem sido contrária à reforma eleitoral...

— Veja. A Oposição tem sido meio incoerente. Pelo seu programa, a Oposição era pelo pluripartidarismo. Depois foi contra o pluripartidarismo quando o Governo lançou. Agora está novamente a favor do pluripartidarismo. Quer dizer que a Oposição tem variado muito de acordo com o sopro do vento.

— Mas ela analisa a necessidade de melhores condições de vida para a população.

— Mas tem que se buscar melhores condições de vida mesmo. Apenas a Oposição não apresenta nenhuma fórmula concreta de como melhorar. Pode sugerir pelo Parlamento, diretamente ao Presidente e seus ministros fórmulas concretas. E vários deputados de oposição têm reclamado isso: a Oposição deve sair dos discursos para apresentar fórmulas concretas de como melhorar. Evidentemente, o Governo aceitaria. Agora, quais são essas fórmulas? Por ora, só tem a fórmula da demagogia?

— Na sua opinião, tem havido excessos no comportamento de oposicionistas em decorrência das medidas de abertura democrática do Governo ou o comportamento tem sido normal, dentro do esperado?

— Tem havido excesso, o que já gerou inclusive processos do Governo perante o Supremo. Isso, evidentemente, não ajuda a Oposição, não interessa ao país e nem ao Governo. De modo que um procedimento oposicionista mais equilibrado será extremamente útil para o processo de democratização do país.

— Durante este ano, surgiu no país o terrorismo atribuído à direita. No começo da década passada houve ações armadas da esquerda. Alguns acham possível que o terrorismo possa voltar a ocorrer nos próximos dois anos, partindo dos descontentes com as eleições diretas. O que o Sr acha?

— O Governo está inteiramente armado para evitar o terrorismo, parta da direita ou da esquerda. O Governo não permitirá, de nenhuma maneira, atitudes terroristas, pois estas só fazem grande mal à nação, externa e internamente.

— Há quem diga que a ação terrorista é determinada pela ação política do Governo, pois não se pode voltar às práticas anteriores de tortura, etc.

— Acho que não deve haver tortura, mas também acho que não se deve ter complacência com os terroristas, como os que vitimam pessoas, a exemplo da funcionária da OAB. Não se deve ter complacência com terroristas, seja da direita ou da esquerda. Mas se está fazendo a evolução política do país. O país é a consciência de que tem que marchar para o rumo democrático. Por isto não acredito em terrorista. Evidentemente que os que não se conformarem com isso vão ficar marginalizados do processo e serão tão poucos que não terão força para criar um ambiente de terrorismo na nação.

— E neste rumo democrático, Governador, é cogitável a legalização

de Partidos clandestinos, como o Partido Comunista?

— Eu acho que qualquer atitude visando a legalizar o Partido Comunista agora é extremamente prejudicial ao regime democrático. De modo que o bom senso de todos, particularmente dos mais radicais da Oposição, se é que é possível ter bom senso, certamente não levará a medidas que visem a legalizar o Partido Comunista. Até porque a maioria do Congresso seria contra.

— Exceto o recente episódio do aniversário do jornal A Voz da Unidade, o Governo tem absorvido manifestações públicas de comunistas. Por que se permite a prática da política e não se legaliza?

— Pois é. Esta é uma demonstração a mais da tolerância do Governo, demonstração que não deve ser levada em conta como fraqueza e sim como tolerância de quem deseja realmente afirmar-se democraticamente. Se quisesse impedir pessoas que se dizem comunistas e membros do Partido Comunista, o Governo poderia usar métodos para impedir. Porém, não usa porque acha que seria um mal maior para o país. Então está absorvendo, embora não permita a legalização.

— Como o Sr justifica o uso de dois pesos e duas medidas para punição de militares que falam de política, a favor ou contra o Governo? É o que se diz agora, por exemplo, na punição dos Generais Euler Bentes e Andrade Serpa?

— A punição foi apenas moral, só para cumprir o Regulamento Disciplinar do Exército.

— E por que não são punidos os militares que falam a favor do Governo?

— Não acredito que se proceda de maneira uniforme no Exército. Agora, o Exército tem suas linhas basilares, das quais não se afasta. Sobre tudo no sentido de manter a segurança interna do país, que é uma obrigação sua, elemtar.